

Tribunal de Contas do Distrito Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO Nº 1634/96

PARECER Nº 999/97

E M E N T A:

Denúncia. Deputado Distrital Benício Tavares. Convênio DMTU x TCB. Irregularidades.

O Deputado Distrital Benício Tavares da Cunha Mello ofereceu denúncia a esta Corte dando conta de irregularidades ocorridas no Convênio nº 002/92, celebrado entre o DMTU e a TCB, posto que os encargos cobrados pela última (sobre os salários do pessoal contratado) estariam “*superestimados em aproximadamente 245% das taxas cobradas, portanto, muito superior ao efetivamente praticado pela Empresa.*”

2. A Corte autorizou inspeção no DMTU e TCB, cujos trabalhos preliminares estão a p. 27/30 no sentido de considerar a denúncia em parte procedente, posto que não confirmou o índice referido, mas antes verificou que o DMTU cobra encargos com os quais não arca:

“(…)

5. Neste documento os encargos estão subdivididos em 4 grupos. No Grupo A estão os encargos legais que somam um total de 36,8%, parcela praticamente igual para todas as empresas. O Grupo B é referente a custos sobre dias não produtivos dos empregados (repouso semanal remunerado, férias, feriados e outros). Quanto ao Grupo C, trata-se de 13º. salário, pagamentos para dispensa sem justa causa e aviso prévio - parcela indenizatória. Por fim, o Grupo D representa a incidência dos encargos do Grupo A sobre os custos do Grupo B e mais o FGTS sobre o 13º. salário. O somatório desses 4 grupos resulta nos 168,07% precitado.

6. Essa fórmula de cálculo é a mesma demonstrada pelo IOB - Informações Objetivas, em seu Boletim nº 13/96 (fl. 24 e 25) que trata dos encargos sociais nas empresas com base na legislação atual. Segundo esse periódico, os encargos calculados dessa maneira, não podem incidir sobre a folha bruta de pagamento (fl. 25). Isto porque, alguns encargos, em especial os do Grupo B (e, por conseqüência, os do Grupo D), já estão incluídos no valor bruto da folha de pagamento.

7. Considerando que a TCB aplica o percentual de 168,07% sobre o valor pago a título de salários e outras vantagens (cf informações obtidas e despacho, fls. 18), infere-se que ela vem cobrando do DMTU os encargos dos Grupos B e D em duplicidade. A forma correta seria a incidência dos 168,07% sobre o total dos dias produtivos.

8. Em relação ao valor de 245% informado pelo denunciante, não conseguimos confirmá-lo em nossas investigações preliminares (inc. II, do art. 121, do RI/TCDF). Porém, por estar a TCB cobrando partes dos encargos indevidamente, somos por que a Corte acate a Denúncia. Trata-se de transferências de recurso do Tesouro, sob forma não convencional (‘Subvenção Econômica’), quiçá a utilização, sem prévia e específica licença legislativa, de valores do orçamento fiscal para suprir ou cobrir déficits da TCB,

o que é vedado constitucionalmente (inc. VIII, do art. 151, da Lei Orgânica do Distrito Federal); ou o pagamento de despesa, pelo DMTU, sem a regular liquidação (art. 63, da Lei 4320/64).

9. Quanto à diferença entre o índice calculado entre o estudo do IOB (109,29%) e o aplicado pela Jurisdicionada (168,07%) é explicada por uma série de vantagens que os empregados da **TCB** têm em relação aos trabalhadores da iniciativa privada. A maioria delas obtida mediante Acordos Coletivos de Trabalho, como: abono de férias, número de dias trabalhados menor, benefício INSS e outros. Assim, levando-se em conta os privilégios dos empregados de empresas estatais, esse índice não está fora da realidade. Contudo, a forma pela qual ele foi calculado, obriga sua aplicação somente sobre o total dos dias produtivos e não sobre o valor bruto da folha de pagamento, como vem fazendo a **TCB**.
(...)"

3. Finaliza o Corpo Instrutivo por criticar o objeto da avença, que se presta à contratação de pessoal, sem concurso público, além de não se enquadrar tecnicamente no conceito de convênio, daí a necessidade de licitação, bem assim por não haver um controle sério e eficiente sobre as verbas repassadas à TCB para cobertura da Avença, nos seguintes termos: *"Além disso, os recursos financeiros não estão depositados em nenhuma conta bancária específica, como dispõe a Cláusula 3 do Ajuste (fl. 26,v). Deduzimos que a TCB usou para suas despesas, outras que não as do Convênio, os recursos oriundos do Tesouro."*

4. Distribuídos os autos ao Relator, Conselheiro José Eduardo Barbosa, votou autorizando auditoria especial, não sem antes assim se manifestar:

"(...)

Estranhei no voto em que proferi na ocasião da autorização desta inspeção, a utilização da TCB pelo DMTU com a intenção de contratar pessoal para a autarquia. Achei difícil compreender, com as poucas informações então disponíveis, como os encargos cobrados sobre os salários estivesse superestimados, já que deveriam pautar-se por quantitativos fixados em lei.

Quanto a essa superestimativa, foi minimizada pelos resultados da inspeção que até compara os encargos sociais cobrados pela TCB e bancados pelo DMTU, aos praticados pelas empresas estatais.

De todo modo, os cálculos desses encargos não estão corretos e tudo quanto se apura sobre o convênio entre as duas entidades é suspeito de irregularidades graves.
(...)"

5. O trabalho do Corpo Instrutivo, está a p. 66 e seguintes, cujas principais conclusões podem ser sintetizadas:

- O objeto do convênio é amplo e não específico; o item instalação, locação e manutenção de equipamentos não discrimina quais seriam os equipamentos objeto dos serviços;
- há 382 pessoas ligadas à TCB trabalhando no DMTU, sendo desses 229 contratados pela TCB em nome do Convênio, sem concurso público, auferindo mesmas vantagens dos rodoviários da TCB;
- considera estranho que o DMTU, órgão fiscalizador do Sistema de Transporte Coletivo, contrate a TCB para que preste consultoria, isto é, que contrate pessoas para trabalharem no órgão que vai fiscalizá-la;
- o Convênio 02 na verdade é um contrato e haveria necessidade de licitação, não realizada; os pagamentos não poderiam ser feitos de forma antecipada;

- o DMTU passou a pagar pelos serviços antes mesmo da emissão das faturas e suas competentes atestações;
- foram pagas à conta do Convênio, despesas anteriores à sua vigência;
- os repasses do DMTU são depositados em conta normal da Empresa, não existindo conta específica, como determinava o item 3 do Convênio; o resultado é que não há um controle ideal, só uma planilha informal elaborada pela TCB (e não pela DMTU, que é a fonte pagadora);
- é tal a desorganização do Convênio, que Termos Aditivos não tem seqüência cronológica, encontrando-se o posterior com data mais recente que o seu anterior, e um até inexistente (o que seria 39º.), apesar das dúvidas articuladas pela Instituição de que os valores não batem;
- o DMTU não prestou contas à Secretaria de Fazenda e Planejamento, do ajuste, valendo-se de sua prestação de contas anual, que não pode substituir aquela;
- o Convênio só foi encaminhado à Corte após três anos de sua assinatura;
- algumas despesas do Convênio foram feitas com desvio de finalidade: cafezinhos, xerox, água e energia elétrica, dentre outros, o que demonstra que seria mais barato contratá-las mediante licitação (devido à taxa de 10%), além de a finalidade precípua da TCB ser o transporte coletivo e não administração de quadro de pessoal;
- que o percentual obtido na forma de cálculo dos encargos deve ser aplicado sobre o valor pago por dias trabalhados e não sobre o valor da folha. Assim, a TCB, aplicando o percentual de 168,07% sobre o valor da folha de pagamento dos funcionários contratados pelo Convênio cobra duas vezes alguns encargos dos Grupos B e D, que são pagos quando o DMTU ressarce as despesas efetuadas com pessoal. São esses: feriados, redução da jornada e faltas do Grupo B e o reflexo do Grupo A sobre esses. O DMTU, ao reembolsar à TCB o valor da folha de pagamento dos conveniados, já paga todos os custos com os encargos retrocitados do Grupo B e suas respectivas incidências do Grupo A, de modo que a TCB cobra esses valores em duplicidade, além de cobrar a taxa de administração de 10% sobre esses valores;
- o Convênio é uma “forma disfarçada” de subvencionar a TCB, pois os recursos usados na manutenção do ajuste são provenientes do Tesouro, o que é vedado nos termos do art. 151, VIII da Constituição Federal;
- é ilegal a situação dos conveniados no DMTU, contratados sem concurso público;
- o Convênio é uma verdadeira “aberração administrativa”, carente de anulação, devendo, para evitar a descontinuidade no serviço público, a adoção de 180 (cento e oitenta) dias de prazo para que o DMTU promova concurso público e substitua todos os conveniados por funcionários concursados; além de determinar à TCB que até a extinção daquele cobre apenas os encargos referentes aos Grupos A e C e aqueles dos Grupos B e D que já não estejam incluídos nos pagamentos mensais da folha; devendo ser apurado pelo DMTU o saldo do ajuste, prestadas

contas e aberta conta específica pela TCB, além de serem citados seus signatários pelas irregularidades praticadas.

6. No mesmo sentido foi o parecer do Ministério Público a fls. 89/99.

7. O Relator novamente manifestou sua impressão:

“(…)

Antes de mais nada, cabe-me reiterar a impressão que antecipei no meu voto em 11 de março passado, de que estas irregularidades apontadas no Convênio nº 02/92, celebrado entre o DMTU e a TCB, contrariam diversos enunciados da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas do Distrito Federal, como os de números 1, 2, 3, 4 e, principalmente o nº 8.

Portanto, está bem respaldada a proposta no sentido de que seja considerado irregular esse convênio, com a citação dos responsáveis e demais conseqüências que, certamente criarão dificuldades à viabilização de tal instrumento, utilizado precariamente até então para suprir o sistema de transportes do GDF dos meios necessários à sua manutenção e operação.

Quanto aos processos paralelos que correm a respeito do convênio, poupam o tratamento das questões pertinentes às admissões de pessoal nos presentes autos, ainda que a função primordial do ajuste seja o provimento de recursos humanos.

Sobre isso, é relevante observar que, caso as medidas aqui preconizadas não sejam devidamente acatadas, caberá ao Tribunal solicitar a sustação do convênio à Câmara Legislativa do DF, o que poderá acarretar conseqüências mais contundentes para os interesses em jogo, com o natural envolvimento político a que a própria lei remete o caso. Não estará descartada, também, a hipótese de instauração de tomada de contas especial.

(…)

II - considere irregular o Convênio nº 002/92, e seus termos aditivos;

III - assine prazo de 60 (sessenta) dias ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU para que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, inclusive o seguinte:

a) informar o estágio das medidas implementadas junto ao IDR para realização dos concursos públicos destinados ao preenchimento dos cargos da autarquia e empregos da empresa, em substituição à mão-de-obra irregularmente contratada mediante o Convênio nº 002/92, e em atenção à Decisão nº 30/97, de 1º/4/97, encaminhada por cópia pelo OF GP nº 696, de 11/4/97 (processo TCDF nº 2193/91);

b) demonstrar o saldo financeiro do Convênio nº 002/92 desde sua celebração em junho de 1992, passando a apurá-lo mensalmente;

c) organizar as prestações de contas do convênio e dos contratos, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF, Decreto nº 19.098, de 29/11/94, artigo 18;

d) pagar à TCB somente após a atestação das faturas do Convênio nº 002/92 e não mais antecipadamente;

IV - determine à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) abra conta bancária no Banco de Brasília S.A. - BRB para o fim exclusivo de movimentação dos recursos referentes ao Convênio nº 002/92, conforme o estabelecido no item 3 das Condições Obrigatórias do precitado ajuste;

b) restrinja-se, até a extinção total do Convênio nº 002/92, à cobrança dos encargos sociais referentes aos grupos A e C e aqueles dos grupos B e D (segundo a metodologia de cálculo IOB) que já não estejam incluídos nos pagamentos mensais da folha dos conveniados;

V - determine a citação, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, com vistas à aplicação de sanção prevista no artigo 182, inciso II, do Regimento Interno do TCDF (Resolução nº 38, de 30/10/90)

a) dos signatários do termo do Convênio nº 002/92 (fl. 05), por terem celebrado o ajuste sem a realização de licitação, infringindo o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.300/86, e pela contratação de pessoal sem concurso público, em desrespeito ao artigo 37, inciso II,

da Constituição Federal, e em situações não consideradas pela Decisão nº 30/97, de 1º/4/97, e ofícios GP nº 004/94, e nº 696/97, deste Tribunal;

b) dos executores do Convênio nº 002/92, desde sua origem, pela omissão no dever de prestar contas à Secretaria de Fazenda e Planejamento conforme o previsto nos Decretos nº 13.708/91, art. 16; nº 14.554/92, art. 16, nº 15.400/93, art. 18 e 16.098/94, art. 18;

c) dos dirigentes do DMTU, a partir de julho de 1993, responsáveis pelos pagamentos antecipados de faturas referentes ao Convênio nº 002/92, em desconformidade com os artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17/3/64; (...)

8. A decisão é de **31.07.97**.

9. A seguir vem demonstrado quem são os signatários do Convênio em tela: Senhores Newton de Castro, Antonio Aureliano Sanches de Mendonça, José Geraldo Maciel, Fernando Gomes Naves, Nazareno Staneslau Affonso, pela Secretaria de Transporte; Senhores Januário Élcio Lourenço, Sérgio Neto de Oliveira, Jorge da Silva Netto, José de Ribamar Rocha de Goes, Ricardo Henrique Sampaio Santiago; Augusto César Puccinelli, Ricardo Mendonça Ladeira, Margarida Hatem Pinto Coelho, pelo DMTU; e os Senhores Abdala Carim Nabut, José Wanderley de Oliveira Rosenthal e Liane Nunes Born, pela TCB.

10. São executores do ajuste desde 1992 os Senhores José da Silva Neto, Sérgio Mello de Oliveira, Francisco Nonato Cavalcante Lima, Roney Teruel Saraiva, Herbert de Assis Gonçalves e Alberto Jasuo Murakami.

11. São dirigentes da DMTU responsáveis pelo pagamento os Senhores Ricardo Henrique Sampaio e Francisco Nonato Cavalcante Lima, José de Ribamar Rocha de Goes, Roney Teruel Saraiva, Augusto César Puccinelli e Herbert de Assis Gonçalves, Celso Carlos Batista Gomes, Ricardo Mendonça Ladeira e Albertu Jasuo Murakami.

12. A decisão da Corte foi encaminhada aos Senhores Nazareno Staneslau Affonso, José Carlos Tower, Liane Nunes Born, sendo que pediram cópias os dois últimos a p. 46 e 131.

13. Foram citados os Srs. Ricardo Mendonça Ladeira (p. 163), cujo AR é assinado por outrem, Augusto César Pucanelli (p. 165), com a Carta devolvida, tal qual Herbert de Assis Gonçalves, igualmente devolvida sem citação (p. 168), Alberto Yasuo Murakami (p. 186 e 210), Rony Teruel Saraiva, devidamente citado a p. 169 e, da mesma forma, Sérgio Neto de Oliveira (p. 172), Newton de Castro (p. 174), Januário Élcio Lourenço (p. 176), Abdala Carim Nabut (p. 178, com AR assinado por outrem), José de Ribamar Rocha Goes (p. 180), Celso Carlos Batista Gomes (fl. 182), Jorge da Silva Netto (p. 184), Francisco Macedo Cavalcante Lima (p. 187) e Ricardo Henrique Sampaio Santiago sem o AR (fl. 195).

14. A primeira peça juntada ainda no 1º. Volume é de Maurício Nunez Barreto de Carvalho, Diretor-Presidente da TCB (fl. 191 e seguintes), a título de Reconsideração, fazendo afirmações a respeito da abertura de conta corrente, que foi providenciada e sobre os encargos em duplicidade, cujas considerações são as seguintes:

- *“embora se possa identificar alguma duplicidade na planilha de encargos”, verifica que uma série de outros custos deixaram de ser considerados: “Assim a atualização da planilha de encargos e custos diretos e indiretos envolve além da eliminação da duplicidade a*

inclusão de percentuais relativos a outros custos incidentes não considerados na atual planilha”;

- o trabalho desenvolvido pelo IOB é básico, possuindo a TCB características peculiares;
- são custos da TCB não contemplados na planilha do convênio, mas que oneram sobremaneira: aviso prévio pago em dobro, após 10 anos de serviço (alguns dos servidores lotados no DMTU datam do convênio anterior, 1986 e outros tantos são servidores cedidos, contratados a mais de 10 anos); complementação salarial para os servidores afastados por doença por mais de 15 dias, na base de 95% (noventa e cinco por cento) no primeiro mês e 75% (setenta e cinco por cento) para os meses seguintes); pagamento de abono de 05 (cinco) dias por assiduidade, recebidos em pecúnia nas férias; atendimento médico e odontológico; custos adicionais decorrentes da contratação de pessoal especializado em segurança e medicina do trabalho, vez que a legislação vincula a dimensão da equipe ao número total de funcionários contratados, independente de lotação; custo prévio da TCB na formação dos recursos humanos disponibilizados ao DMTU; exames médicos, pré-admissional, periódico e demissional; excessivo número de atestados médicos e absenteísmo, decorrente da natureza do serviço prestado; fornecimento de uniformes e corte de cabelo; seguro de vida; passe livre, uso dos ônibus, inclusive da TCB, franqueado aos conveniados do DMTU/ST com o uso do crachá; excessivo número de reclamações trabalhistas existentes, decorrentes do não cumprimento de algumas cláusulas de Acordos Coletivos de Trabalho firmados no passado, que oneram particularmente a contratante, destacando, como exemplo, o processo 468/88, que atualmente encontra-se em fase de execução, tendo a TCB já penhorado todo seu patrimônio à conta desse débito trabalhista; seguro de vida para todos os servidores, com cobertura extensiva a cônjuge e filhos, cujo prêmio é de 32 (trinta e duas) vezes o salário do motorista, limitado a 1,5% (um e meio por cento) do valor da folha de pagamento; taxa de administração do convênio, atualmente de 10% (dez por cento), que não representa o custo operacional da TCB, mormente seus custos com contabilidade, recursos humanos, informática, serviço médico/odontológico, onerada pelo necessário cumprimento das diversas cláusulas e condições dos Acordos Coletivos de Trabalho, além das incidências legais, tais como COFINS e PASEP; incidência do CPMF sobre todo o recurso repassado para TCB, concretizado quando da transferência bancária para a conta corrente dos conveniados, e no recolhimento dos respectivos encargos, contribuições e tributos;
- assegura que parte desses custos supera 40% e restam outros que não puderam ter avaliação;
- a TCB considera a jornada de 36 horas semanais, 221 dias produtivos, e o IOB, 44 horas semanais, ou seja, 277 dias produtivos.

15. Finaliza, então, por pedir reconsideração da decisão, “*tendo em vista que o roteiro básico publicado pelo IOB não poderá ser utilizado de pronto*”, requerendo prazo mínimo

de 90 dias para a viabilização dos trabalhos necessários à adequação da atual planilha de encargos praticada pela TCB.

16. Alguns citandos pediram prorrogação de prazo, acolhidas pelo Plenário, ao tempo em que a Instrução opina pelo acolhimento do pedido, no sentido de adequar o roteiro básico publicado no IOB à realidade da TCB.

17. O Conselheiro José Eduardo Barbosa mandou ouvir o Ministério Público.

18. Entrementes, Januário Élcio Lourenço ofereceu sua resposta (em apenso).

19. José Carlos Xavier, visando atender à determinação da Corte, a respeito da substituição da mão-de-obra alocada através do Convênio 002, tentou esclarecer o seguinte: *“temos a informar que as etapas dos mesmos estão em fases avançadas e em pleno andamento, sendo previsto para os próximos dias a publicação dos editais.”* Também a respeito da apresentação do saldo financeiro do Convênio, desde sua celebração, informou que designou uma equipe técnica para executar os trabalhos solicitados, requerendo prorrogação de prazo. Aduz, finalmente, que a prática de atestar faturas será feita não mais antecipadamente, que foi aberta conta corrente específica e que tendo em vista o recurso de reexame oferecido pela TCB, cujo efeito é o suspensivo, continuou-se a adotar a cobrança efetuada, no mesmo percentual de encargos.

20. Rony Teruel Saraiva, Sérgio Neto de Oliveira, José Ribamar R. de Goes e Jorge da Silva Netto requereram prorrogação de defesa.

21. A p. 274 e seguintes, novas citações são juntadas, a Herbert de Assis Gonçalves, Alberto Yasuo Murakami e Augusto César Puccinelli, sem os respectivos AR's.

22. Celso Carlos Batista Gomes ofereceu a defesa de p. 278.

23. A Instrução de fl. 294 apresenta quadro de todos os citandos.

24. Os autos, então, vieram ao Ministério Público.

25. Preliminarmente, cumpre considerar que não sendo encontrado o citando, o que, por exemplo, na hipótese do Sr. Augusto César Puccinelli, de fato se viu a fls. 166 em 17.09.97 e 216 em 06.10.97 cumpriria tentar localizar o seu paradeiro, para só depois lançar mão da citação por edital. No caso em hipótese, as duas citações foram para o mesmo endereço, visto estar ausente o citando. Estas diligências devem ser tomadas em prazo razoável, pois só da última juntada do AR ou do edital, começa a transcorrer o prazo para a resposta. Isto posto, o Ministério Público opina no sentido de que a Instrução informe nos autos se ultimou diligências e quais para desvendar o paradeiro dos Srs. Augusto César Puccinelli e Alberto Yasuo Mirakami, inclusive dos seus atuais endereços de trabalho. Caso não tenha efetuado, ainda, desde já posiciona-se o Ministério Público para que a Corte, socorra-se da Fazenda e da Justiça Eleitoral para idênticos fins (parecer nº 726/97 - Processo nº 4941/92). Nessas circunstâncias, devem ser acatados os pedidos de prorrogação acostados. Registre-se que, caso o endereço seja o constante nos autos, e por já ter sido tentado três vezes, localizar o citando, pode-se utilizar da analogia do Processo Civil, deslocando servidor da Corte para lá proceder a citação designando hora certa. É que não será hipótese de citação por edital, haja vista que o endereço, nesse caso, é conhecido.

26. Quanto ao pedido de reexame, com certeza, tem o nítido efeito de suspender a decisão da Corte, mas é o próprio Corpo Instrutivo que se posiciona a favor do recálculo. Seja como for, não é hora de decidir o mérito do recurso, se inexistem cálculos confeccionados para análise. Nesse sentido, opina o Ministério Público no sentido de, mantendo suspensa a decisão, fixe à TCB o prazo de 90 (noventa) dias para que ofereça à Corte os cálculos prometidos, para só após decidir sobre a sua regularidade.

27. Finalmente, e o que é mais grave, o Convênio continua em vigor, apesar de ter sido considerado irregular pela Corte. Nessas condições, não se sabe se foi tal decisão comunicada à Câmara Distrital. A Instrução de **17.01.97** preconizava que medidas fossem adotadas em 180 dias, para a promoção do escorrido concurso público. Não acatado, referido prazo já passou, e a Administração continua no mero campo das boas intenções. É que a imprensa tem demonstrado que até a privatização da empresa tem sido admitida, a fim de impedir admissões, como se a questão fosse assim tão singela e como se as admissões deixassem por essa forma de ser inconstitucionais. Ressalte-se que não há explicações convincentes de como ficará o patrimônio coletivo, os gastos efetuados, os investimentos e a participação acionária do Estado. De qualquer modo, ainda que tal fosse possível, apenas *ad argumentandum tantum*, não resolveria o problema do citado Convênio. Percebe-se que não há no DMTU um servidor sequer concursado, mas todos cedidos pelo TCDF, por obra e graça do Convênio 02/92. O DMTU, insista-se, é uma autarquia e só poderia admitir mediante concurso público. A “privatização” encetada não elimina o problema.

28. É de impressionar a relutância da Administração em cumprir a Constituição Federal. Nos autos nº 2193/91 onde se examinam contratações sem concurso público (em que pese haver entendido o Ministério Público que elas deveriam ser tratadas em autos próprios, o 2731/94), o DMTU ofereceu pedido de reexame sobre a mesma questão, esclarecendo estar firmemente determinada em dar integral cumprimento à Decisão da Corte, mas, sugere o prazo de oito meses para, então, finalmente, atingir seu desiderato.

29. A decisão da Corte foi no seguinte sentido:

*“I - tome conhecimento dos recursos impetrados pela TCB e DMTU/Distrito Federal, como se pedido de dilação de prazo assim, e, no mérito, **conceda novo prazo, em caráter improrrogável, até dezembro do ano em curso**, para atendimento do item III da Decisão nº 30/97.”*

30. A Decisão nº 30/97 é a seguinte:

“(…)

II) considerar irregulares e determinar a anulação das contratações efetuadas sem concurso público pela... Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB. Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU...

III) fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que as entidades constantes do item imediatamente anterior promovam a impugnação dos contratos citados, remetendo a esta Corte os documentos comprobatórios.”

31. Se é assim, não há nada para fazer a não ser aguardar que até o mês de dezembro as contratações sem concurso público, verdadeira aberração no cenário administrativo

Ministério Público GAB. PROCURADORA CLÁUDIA FERNANDA Fl. n.º 63 Proc. n.º 1634/96 Rubrica: <i>Patrícia</i>
--

distrital, findem de uma vez por todas. Relembre-se, por oportuno, que o prazo é improrrogável e que as demissões deverão ser processadas nos termos do Ofício do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF, que reflete o posicionamento deste *parquet*, razão pela qual opina o *parquet* que seja feito referido alerta ao DMTU, além da comunicação à Câmara Legislativa para os devidos fins.

É o parecer.

Brasília, 10 de novembro de 1997

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do Ministério Público junto ao TCDF